

# EUROPA

## Passar do discurso aos actos

### Edite Estrela

Ao fim de sete anos, qual Fénix Renascida, o presidente da Comissão Europeia (CE) foi ao Parlamento Europeu (PE) dizer o que os deputados queriam ouvir. No debate sobre "o estado da União", Durão Barroso surpreendeu e convenceu. Esteve bem quanto ao fundo e quanto à forma. O registo emocional e a atitude combativa reforçaram o valor das propostas. Por tudo isso, teve apoio e aplausos.

Sobressalto político ou luta pela sobrevivência, o certo é que o Presidente se apresentou mais determinado do que nunca e foi até onde dantes não tinha ousado ir, designadamente, ao defender o reforço da governação económica e o papel da CE, "a CE é o governo económico da União pelo que não são necessárias mais instituições", a criação de



eurobonds e a taxa sobre transacções financeiras. Foi assertivo na defesa do método comunitário e advertiu que o princípio da unanimidade não pode bloquear a decisão, uma vez que a soberania de um Estado acaba onde começa a soberania do outro. E foi categórico ao garantir a permanência da Grécia na zona euro.

Há quem questione se Durão Barroso disse o que pensava ou tão-só o que sentia dever dizer para acalmar as hostes populares, insatisfeitas com o desaparecimento da CE na gestão da crise, e calar os detractores que acenavam com a possível apresentação de uma moção de censura, criticando-lhe a falta de audácia para conter a deriva inter-governamental. Seja como for, opção estratégica ou recurso táctico, a verdade é que os resultados imediatos foram positivos. Ganhou protagonismo, deu

um novo impulso à própria CE, aliviou a tensão institucional e passou a ter no PE um forte aliado.

Importa registar que, no debate de preparação do Conselho, o Presidente da CE reiterou o que então havia afirmado e alertou para os "estímulos orçamentais" e a necessidade de as despesas serem orientadas para o crescimento. A consolidação orçamental é necessária mas sem perder de vista o desenvolvimento inteligente, sustentável e inclusivo, previsto na Agenda UE 2020.

Agora, como afirmou Martin Schulz, é preciso que Barroso passe "à prática aquilo que prometeu no plenário". Ou seja, que tenha a ambição de ir "mais longe" e a coragem de enfrentar a dupla Merkel/Sarkozy e convencer o Conselho, no dia 23 de Outubro. A Europa vive em situação de emergência e não se pode dar ao luxo de perder mais tempo.

## Mais Gregos que Portugueses?

### Elisa Ferreira

Ainda sem conhecer os detalhes da proposta de Orçamento para 2012, reajo aos traços gerais apresentados pelo Primeiro-Ministro em comunicação ao País. Também a traços gerais, aqui ficam alguns apontamentos:

- A agenda governativa obriga a questionar para que servem as campanhas e os programas eleitorais. Por outras palavras, tudo é permitido? Recordo as "inúmeras gorduras" que era possível cortar, a crítica à tentação de aumentar impostos, a urgência em abandonar o "ruinoso projecto" do TGV e, cereja em cima do bolo, a precisão com que se propunha a redução de 4% na TSU enquanto o governo era arrasado por defender um estudo mais sério sobre o tema. Onde pára cada uma destas promessas? Com que competência e responsabilidade foram elaboradas?

- Outra nota refere-se ao lado positivo das recomendações da Troika, porque o houve. De facto, na lista das reformas identificadas como podendo alterar a eficácia global do país e reduzir na base a despesa pública, figuram mudanças necessárias em várias áreas (justiça, forças armadas, organização administrati-



va do território, etc.), aliás mudanças inquestionavelmente difíceis no plano político. Mas não foi por isso que o Governo recebeu um mandato inequívoco e a abertura colaborante do maior partido da oposição? Não é a consciência da catástrofe eminente o ambiente certo para romper com corporativismos e cumpli-

tidades injustificadas que arruinam as finanças públicas?

- Lamentavelmente, não estamos a ir por aí. Exprimi oportunamente críticas sérias ao programa da Troika, nomeadamente nas condições do "empréstimo" (prazos e custos), na ausência de sementes de crescimento e emprego,

numa liberalização que arrasa controlos mínimos sobre sectores estratégicos... Mas não nos iludamos: os sacrifícios e a solidariedade que nos estão a pedir em Portugal não se destinam a fazer as reformas de fundo elencadas pela Troika; destinam-se, isso sim, a executar um programa puro de esmagamento de salários e pensões, com um perigoso despudor em termos de justiça social. E do programa da Troika já só restam as metas quantitativas a atingir e as receitas extraordinárias das privatizações (a realizar em condições adversas).

- É um programa de liberalização brutal e "à bruta". Se a Troika e a Europa, quando elaboraram as recomendações para Portugal, tinham aprendido alguma coisa com a "tragédia grega", e se têm vindo a evoluir desde então, temos de concluir que não estamos a ser capazes de utilizar essas eventuais margens de manobra. Sem ingredientes de mudança estrutural, preparemo-nos para um sacrifício inútil, para a recessão em ciclo vicioso (com o défice público a agravar-se à míngua de receitas fiscais), para a fuga e perda de capitais e para a emigração dos melhores em conjugação com conflitos sociais. Em síntese, preparemo-nos para a "tragédia grega"...

# Ajuda-te a ti mesmo, que a economia te ajudará

**António Correia de Campos**

Quando, há dias, numa sessão pública, lembrei que, vinte anos atrás, Jacques Delors desenvolveu a ideia dos fundos de coesão para compensar com investimentos essenciais, os países de menor competitividade, pelo impacto negativo da concorrência alargada pelo mercado único, Michel Barnier retorquiu-me que o inverso seria agora desejável e possível: através de um esforço político de aprofundamento e alargamento do mercado único será possível estimular a economia de todos os países para recomeçar uma nova era de crescimento sustentado.

O comentário seria fantasioso se não soubéssemos todos quanto se perde hoje pelo tímido comportamento do mercado único, face ao enorme potencial que ele pode desenvolver. Um mercado de quinhentos milhões de consumidores, 21 milhões de empresas, 175 milhões de empregos muito pouco explorado nas suas sinergias, representa uma perda actual de oportunidades que os nossos filhos e netos não nos poderiam perdoar.

Se o crescimento do mercado é lento, mais lenta será a convalescença da actual crise, mais necessário será congregar todos os esforços para aproveitarmos este



imenso e exigente mercado.

Depois das barreiras alfandegárias abastidas, depois de Shengen, depois da livre circulação de capitais e profissionais e depois do tímido início da livre circulação de serviços - financeiros, infelizmente, à parte - conhecendo as possibilidades que

as novas tecnologias geram pela abertura de auto-estradas de informação, servindo consumidores de forma rápida e informada, parece mero desperdício ficarmos, cada Estado Membro encostado às suas fronteiras, enleados na falta de harmonização do IVA, dos serviços bancários

básicos, do comércio electrónico ainda não-confiável. Ficarmos paralisados por barreiras ao reconhecimento das qualificações de profissionais, por obstáculos corporativos à patente europeia única, pelo lento arranque da contratação pública electrónica e sistemas alternativos de resolução de litígios, pelo atraso na autenticação da assinatura digital, na harmonização das contribuições sobre as empresas e do IVA, pela ausência de sistemas normalizados de contabilidade, mais simplificados para as PME, pelos atrasos na criação do estatuto de empresa privada europeia. Sentimos que muito mais deve ser feito no respeito pelos direitos sociais e pelas carreiras contributivas dos trabalhadores migrantes, pela criação de redes únicas de energia, transportes e telecomunicações, pelo reconhecimento e respeito pelas especificidades dos Serviços de Interesse Geral, tanto económicos como sociais.

Estas e outras acções fazem parte da agenda do Mercado Único Europeu. Não será difícil reconhecer quanto poderíamos progredir se nos dedicássemos com afinco, nos dois anos e meio que faltam ao presente mandato europeu, a encontrar soluções práticas e rápidas. Os cidadãos, os consumidores, as empresas, todos agradeceriam esta boa ajuda para saída da crise.

## Exige a convalescença da UE uma revisão dos Tratados?

**Vital Moreira**

Não me entusiasma - para dizer o menos - a ideia de desencadear nesta altura a revisão dos Tratados da União Europeia.

Primeiro, porque, tendo em conta a demora normal de um processo de revisão, esta não viria a tempo de ajudar a enfrentar a actual crise orçamental e financeira da UE, na qual devem ser concentradas todas as energias. Pelo contrário, a abertura de um processo de alteração dos Tratados acrescentará um factor de perturbação e de insegurança institucional à turbulência já existente e desviará meios e energias. Nenhum problema essencial da UE precisa de uma alteração dos Tratados.

Segundo, não existe o mínimo de consenso sobre os objectivos da revisão. Há os que (Alemanha, Holanda, etc.) desejam reforçar os mecanismos de coordenação e de disciplina orçamental da zona euro, incluindo sanções mais duras para a indisciplina orçamental, com a suspensão de direitos de voto e, em última instância, a expulsão da zona euro. Há depois os que, sobretudo à esquerda, procuram aprofundar a união e a solidariedade orçamental



através das chamadas "eurobonds" (emissão conjunta de títulos de dívida pública) e reforçar o "método comunitário" contra a actual deriva intergovernamentalista no que respeita em especial à chamada governação económica. Finalmente, há os "eurocépticos" que pretendem aproveitar a revisão dos Tratados para propor a redução das competências da UE e renacionalizar algumas delas. Não vejo facilmente uma convergência destas perspectivas tão distintas.

Por último, creio que são escassas (para não dizer inexistentes) as possibilidades de concluir com êxito uma reforma dos Tratados que implique um aprofundamento da integração europeia. No Reino Unido existe agora uma obrigação legal de referendar todas as alterações que tenham esse resultado. E é óbvio que nenhum referendo desses será ganho na Grã-Bretanha. O mesmo poderá suceder noutros países. Ora, o pior que poderia suceder neste momento era uma nova revisão fracassada dos Tratados, como em 2004 com o Tratado Constitucional.

Em suma, devemos encarar com grandes reservas as ideias de revisão dos Tratados nas actuais circunstâncias.

# A UE precisa de novos líderes, solidariedade e união entre Estados-Membros

**Luís Paulo Alves**

A Europa deve caminhar no sentido da integração numa União Solidária. As decisões importantes, ignorando as instituições, desrespeitando os Estados, e apesar de todos os Tratados, estão a ser tomadas unilateralmente pelos líderes das grandes potências, nomeadamente Angela Merkel e Nicholas Sarkozy, e isso é inaceitável. Secundarizam-se os Estados, a Comissão e sobretudo o Parlamento Europeu e os deputados eleitos, incumbidos de co-decidir sobre as melhores políticas e um melhor rumo para a Europa.

Atravessamos uma crise difícilíssima, que não é da Grécia, de Portugal, da Irlanda ou da Itália. É uma crise da UE, de ordem monetária, financeira, económica e social. Uma crise que decorre da grande divergência de competitividade das economias dos seus Estados-membros e na gradual falta de competitividade face aos nossos concorrentes externos. Só resolveremos a actual crise e seremos competitivos com a China e os EUA, se conseguirmos criar com sucesso um pro-



jecto comum. Separados, cada um por si, seremos demasiado pequenos.

Precisamos de lideranças e de políticas que vão para além desta austeridade extrema, promovendo uma estratégia política de crescimento e emprego que quebre este ciclo vicioso, deixando-nos cada vez mais para trás num mundo em rápida transformação, e com um rasto, que alastra, de chagas sociais. Outro rumo é possível e urgente. A par da disciplina financeira, é possível relançar o crescimento e o emprego e evitar a destruição que está a ser feita do estado social. Como alternativa às políticas de extrema austeridade que têm sido implementadas por toda a Europa, devem-se adoptar medidas fortes como a emissão de eurobonds, a criação de uma taxa sobre transacções financeiras já, a tributação das grandes fortunas, o fim dos paraísos fiscais, precaver e solucionar potenciais desequilíbrios macroeconómicos dos Estados-membros, incumbir o BEI de apoiar as PME's, usar bem os fundos da UE em investimentos produtivos e não esquecer a necessária agenda social para proteger os mais fracos.

# A América Latina, uma oportunidade para a UE

**Capoulas Santos**

Nos últimos anos a América Latina (AL) tem experimentado um clima de paz que a estabilidade política e a consagração da democracia permitiram. As eleições livres e universais, o respeito pelos direitos humanos e a alternância de poder que caracterizaram as últimas duas décadas, têm permitido a implementação de programas económicos e sociais, como seja a Bolsa Família pelo Partido Trabalhista no Brasil, que deram acesso a níveis de consumo há pouco inimagináveis a uma classe desfavorecida de enorme dimensão.

O reflexo imediato do "boom" latino é visível através do índice de desenvolvimento humano que, em 2010 apresentava o indicador 0,704, quando em 1980 era apenas de 0,573 ou de 0,640 em 1990. Actualmente, e segundo dados da ONU, em 2008, 95% das crianças desta região já frequentam a escola primária, respeitando-se, deste modo os Objectivos do Novo Milénio. O PIB (Produto Interno Bruto) da região aumentou 5,6% em 2010, estimando-se ainda um crescimento de 4,1% para 2011 e 4,3% para 2012.

Já a União Europeia (UE) registou em 2009 uma redução no PIB de - 4,2%,



prevendo-se ainda, para 2011 e 2012 crescimentos do PIB de 1,6% e de 2%.

Por outro lado, a Europa, em declínio demográfico e envelhecimento crescente, contrasta com a população latino americana que cresceu respectivamente dos 362 milhões em 1980 para os 590 milhões em 2010.

Esta região representa um estimulante mercado para a Europa. Partilhamos histórica, cultural e economicamente fortes laços que têm facilitado parcerias estratégicas de enorme importância, como os Acordos com a América Central, a Comunidade Andina, o Mercosul, o México, o Chile, o Peru e a Colômbia.

Urge fortalecer estes laços. Num momento de crise e apesar de as trocas comerciais com a América Latina constituírem actualmente apenas 6% das trocas globais da UE, representam já o dobro dos valores do início da década. Este enorme mercado em expansão é uma oportunidade impar para a Europa que as negociações para o Acordo de Associação com o Mercosul poderão consolidar significativamente se acatados os impactos negativos para a economia europeia, como é o caso da agricultura.

## Nota do Editor



Diferentemente de outras crises económicas de ciclo curto, tudo se encaminha para que a presente crise financeira e económica seja de ciclo prolongado, tal como aconteceu com a de 1929-30. Os sistemas económicos da União Europeia e dos Estados Membros não estão preparados para crises de demorada convalescença. As implicações da crise agravam-se com o ténue e lento crescimento, o aumento do desemprego, a tensão sobre os direitos sociais e o seu financiamento, as relações com países terceiros, a ajuda ao desenvolvimento. Os valores europeus estão sob expectativa e não existe na União Europeia qualquer experiência sobre gestão de uma crise deste tipo. Acresce a fragilidade das instituições e a volatilidade das lideranças. Como responder a tamanho desafio?.

Nesta edição do nosso Suplemento mensal tentamos esboçar algumas pistas. A Deputada Edite Estrela analisa o discurso do Presidente da Comissão Europeia no debate em plenário sobre "o Estado da União Europeia". As linhas apresentadas por Durão Barroso - reforço da governação económica e do papel da CE, criação de eurobonds, taxa sobre transacções financeiras -, defendidas há muito pelo Grupo Socialista Europeu, vão no bom caminho.

A Deputada Elisa Ferreira passa em revista alguns dos traços gerais do Orçamento para 2012 apresentado recentemente pelo Primeiro-Ministro e ainda o programa da Troika. Uma análise da situação pouco animadora. Esperemos que Portugal não represente a próxima "tragédia grega".

A saída da crise passa necessariamente pela Europa. O autor destas linhas apresenta uma série de propostas e "soluções práticas e rápidas" para reforçar o Mercado Único Europeu. É apostando no Mercado Único que será possível "estimular a economia de todos os países para recomeçar uma nova era de crescimento sustentado". O reforço do papel da Europa é também o ponto de partida da reflexão de Luís Paulo Alves. "A Europa deve caminhar no sentido da integração numa União Solidária" mas para isso "precisa de novos líderes". Por seu turno, o Deputado Vital Moreira analisa as dificuldades de avançar neste momento para uma nova revisão dos Tratados. Partindo de uma rigorosa exposição de motivos, Vital Moreira conclui que "são escassas (para não dizer inexistentes) as possibilidades de concluir com êxito uma reforma dos Tratados que implique um aprofundamento da integração europeia".

Já em matéria de política externa e cooperação com países terceiros, muito se pode fazer. O Deputado Capoulas Santos demonstra porque é que a América Latina representa "uma oportunidade para a UE". Ana Gomes relata-nos a sua última viagem à Líbia enquanto relatora do Parlamento Europeu. Um país que se ergue das trevas da ditadura e da guerra e que abre um novo capítulo da sua história. Também para a Europa, a Líbia representa uma "oportunidade a não desperdiçar em tempos de crise".

**Correia de Campos**

## Investir na Líbia, sem Kadaffi



### Ana Gomes

Voltei a Trípoli no mês passado, como relatora do Parlamento Europeu sobre a Líbia (o relatório que circulei aos meus colegas pode ser lido no site: [www.anagomes.eu](http://www.anagomes.eu)). Visitei ainda a zona montanhosa de Nafusa, a oeste, centro da comunidade berbere, e as cidades de Zawia e Misurata. Vim a poder testemunhar sobre o contraste entre a destruição cirúrgica dos centros nevrálgicos de Kadaffi a que apontavam os bombardeamentos da NATO (a fortaleza de Bab-al-Azizia em Trípoli está arrasada, mas os prédios de habitação à volta estão praticamente intactos) e a devastação cega dos centros de cidades como Misurata e Zawia pelas forças de Kadaffi, que não procuravam poupar civis, antes os tinham por alvo. Vim também impressionada com a capacidade de organização do povo líbio: as principais comunidades já têm uma representação estruturada a nível local, em conselhos associados entre si no Conselho Nacional de Transição, a actual autoridade na Líbia libertada. Em Trípoli e noutras cidades comités de bairro, organizados pelos moradores, garantem a segurança, a recolha de lixo e outras necessidades básicas. E apesar da campanha militar prosseguir em Sirte e Bani Walid e ainda nem sequer haver governo nacional provisório, depois de meses fechadas em casa, as crianças voltaram à escola: reabriu já a primária, e a secundária deve abrir em breve, com currículos entretanto purgados das paterísticas do Livro Verde de Kadaffi... De tudo o que vi e ouvi, retenho sobretudo a admirável contenção política e pessoal de que os líbios estão a dar provas: às feridas abertas dos 40 anos de cruel ditadura, acresce o sofrimento dos últimos meses de vidas suspensas pela guerra de libertação. Um sofrimento que se conta já em mais de 30.000 mortos, outros tantos desaparecidos, milhares de feridos graves e muita devastação física, material e também moral: só em Misurata, há mais de

mil casos de homens e mulheres violados pelos mercenários de Khadafi diante das famílias, propositadamente.

À hora a que escrevo, Sirte está prestes a ser completamente libertada do reduto resistente fiel a Khadaffi. Um governo de transição deverá ser constituído em trinta dias, iniciando-se um processo que está previsto conduzir a eleições para uma assembleia constituinte no prazo de oito meses. Entretanto, os desafios de segurança e as expectativas quanto a uma governação democrática são elevadíssimos. E a pedra de toque tanto num novo tipo de governação e nos processos eleitoral e constitucional vai centrar-se no estatuto da Sharia (lei islâmica) como fonte da lei e, consequentemente, no papel das mulheres nos órgãos de poder e na participação na vida pública. Uma razão de peso para que a UE actue para pôr rapidamente em marcha apoios à capacitação institucional, incluindo das organizações representativas de mulheres, dos jovens e da sociedade civil em geral, bem como ao funcionamento de média independentes.

As atrocidades que governantes europeus escolheram ignorar para fazer negócios com Kadaffi começam agora a ser expostas. Por essa razão também, a Europa e Portugal têm a obrigação de ajudar a Líbia na transição para a democracia, oferecendo-lhe o apoio solicitado em matéria de capacitação, já que não é de apoio financeiro que a Líbia precisa. Trata-se de um país rico, cheio de potencial, onde há tudo por fazer, do turismo às energias renováveis, da habitação, ao desenvolvimento agrícola, à gestão da água, sem falar dos campos de petróleo e gás a recuperar. Um país com um povo muito simpático e acolhedor, com quem os portugueses podem entender-se bem. Por isso também, oferecendo excelentes oportunidades económicas para as empresas que tiveram a capacidade de desde já retomar ou abrir contactos - oportunidades a não desperdiçar em tempos de crise.